



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO

EXIGIMOS RESPEITO!

No passado dia 1 de fevereiro no almoço-debate organizado pela Revista Segurança e Defesa, o Senhor Ministro da Defesa Nacional proferiu no seu discurso que os militares que estivessem descontentes nas Forças Armadas poderiam sair. Disse mesmo que nenhum homem deverá servir nas Forças Armadas se não sentir vocação para tal.

Quando falamos das Forças Armadas, falamos de um Instituição com a idade da Pátria, que, além de esmagadoramente justificada pelos cidadãos, também goza do grau de confiança máximo, que normalmente lhe deveria corresponder a uma realidade respeitada, prestigiada, devidamente estudada e profundamente acarinhada.

Disse ainda o Senhor Ministro que aos militares o que é dos militares e à política o que é da política, numa clara afronta á inteligência dos homens e mulheres que servem a Pátria nas fileiras das Forças Armadas. Já lá vai o tempo em que os responsáveis governamentais mandavam os militares ficar nos quartéis.

A Associação de Praças entende que o Senhor Ministro não foi sério quando no mesmo local ao afirmar que os militares não são funcionários públicos, “não trabalha das nove às seis”; “ser militar não é uma profissão como as outras”; “não é um emprego como os outros”; “ser militar não é sequer carreira com progressão automática”; “ser militar é servir o País em armas, por mais duro, por mais trabalhoso, por mais difícil que seja”; “ser militar é uma vocação”. Relembramos Sua Excelência, que aos militares lhes está assignado a exigência do cumprimento da sua da Condição Militar, consagrada na Lei 11/89 – Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, caracterizada por oito alíneas de obrigações especiais e uma pela consagração de especiais direitos e compensações, no campo da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação.

Ao invés assistimos à falta da melhoria das condições de serviço, ausência de dignificação de carreira, reconhecimento, valorização profissional e ainda a ausência de respeito pelo associativismo socioprofissional, que também a este grupo de cidadãos em uniforme lhes está assegurado no campo dos direitos, liberdades e garantias e que o Senhor Ministro e o seu Ministério vêm reiteradamente ignorando, incorrendo no não cumprimento da Lei Orgânica nº 3/2001.

A Associação de Praças reitera que na sua génese está a defesa dos direitos dos seus Associados, por isso entende que as ameaças veladas que o Senhor Ministro fez aos militares e às associações que os representam não terão nenhuma repercussão naquilo que nos move: a defesa dos direitos de todos aqueles que representam Portugal nas Forças Armadas.

Afirmar também que nunca nos escudámos aos sacrifícios que sistematicamente têm sido pedidos a todos os Portugueses e aos militares em particular.



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO

Veio ainda o Senhor Ministro insinuar que aos militares, supostamente os de mais baixa patente, é-lhes vedado o direito de pensar e ter opinião.

Desde já queremos dizer enfaticamente ao Senhor Ministro que não é esse o paradigma de Forças Armadas que os militares preconizam para Portugal.

As Praças das Forças Armadas defenderão a sua Pátria, a Constituição da República Portuguesa e o Povo Português, do qual emanam, conforme juraram perante a bandeira Nacional: se necessário com o sacrifício da própria vida.

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE

A Direção
Lisboa, 7 de fevereiro de 2012